

Artigos de pesquisa

O que sabemos (ou não sabemos) sobre a precarização do trabalho docente nas escolas privadas paulistas?

What do we know (or not know) about the precarity of teaching work in São Paulo private schools?

Franciele Del Vecchio dos Santos^{1*} , Maria José da Silva Fernandes^{1,2}

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Araraquara, SP, Brasil

² Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências de Bauru, Departamento de Educação, Bauru, SP, Brasil

COMO CITAR: SANTOS, F. D. V.; FERNANDES, M. J. S. O que sabemos (ou não sabemos) sobre a precarização do trabalho docente nas escolas privadas paulistas? *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 21, e19721, 2026. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v21i00.1972101>

Resumo

Este artigo investiga transformações profundas no ambiente laboral decorrentes do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, enfatizando a tecnologia, desregulamentação e flexibilização como motores dessas mudanças. Esses processos redefinem a organização social e de trabalho, impactando setores e alterando funções de instituições como família, Estado e escola. Especificamente, observa-se que a escola pública enfrenta desafios crescentes diante da alteração dos papéis tradicionalmente desempenhados pelo Estado, em um contexto em que a mercantilização da educação ganha proeminência. Este cenário é evidenciado pelo aumento na oferta de vagas em instituições educacionais privadas no Brasil, o que resultou em uma expansão das oportunidades de emprego para professores. No entanto, apesar desse crescimento, a Educação Básica privada ainda carece de investigações aprofundadas e análises críticas. Portanto, o propósito central deste artigo é examinar as condições de trabalho nas escolas privadas do estado de São Paulo. Os resultados da pesquisa indicaram uma precarização no trabalho docente, evidenciada por cargas horárias excessivas, instabilidade, e falta de plano de carreira. Revela-se também a desvalorização docente em um ambiente onde a atuação é pautada por aspectos performáticos e mercadológicos, com muitos professores atuando como horistas, sem jornada definida ou remuneração adequada diante da carga exigida. Observa-se ainda a fragilidade nas relações coletivas escolares, prejudicando a saúde mental dos professores. A cultura da performatividade sobrecarrega e despersonaliza o profissional, diminuindo a valorização e autonomia docente. Destaca-se a baixa participação em movimentos sociais como sindicatos, cruciais para negociações trabalhistas no setor privado educacional paulista.

Palavras-chave: precarização do trabalho docente; educação básica privada; escolas privadas paulistas.

Abstract

This article investigates profound transformations in the work environment resulting from neoliberalism and productive restructuring, emphasizing technology, deregulation, and flexibilization as their main drivers. These processes redefine social and work organization, impacting various sectors and altering the roles of institutions such as family, the State, and schools. Specifically, public schools face increasing challenges due to the changing roles traditionally played by the State, in a context where the commodification of education gains prominence. This scenario is highlighted by the rise in enrollment at private educational institutions in Brazil, which has led to an expansion of employment opportunities for teachers. Despite this growth, private Basic Education still lacks in-depth investigations and critical analyses. Thus, the central purpose of this article is to examine working conditions in private schools in the state of São Paulo. Results indicated a deterioration in teaching work, evinced by excessive workloads, instability, and the lack of a career plan. It also reveals the undervaluation of teachers in an environment where performance and market-oriented aspects prevail, with many teachers working as hourly-paid employees, without a defined schedule or adequate pay given the demands. Additionally, there is a noticeable fragility in collective relations within schools, affecting teachers' mental health. The culture of performativity overloads and depersonalizes professionals, reducing teacher recognition and autonomy. Also notable is that participation in social movements, such as unions, crucial for labor negotiations in São Paulo's private educational sector, remains low.

Keywords: precarization of teaching work; private basic education; private schools in São Paulo.

***Autor correspondente:**

francielevecchio@gmail.com

Submetido: Outubro 02, 2024

Revisado: Dezembro 09, 2025

Aprovado: Dezembro 11, 2025

Fonte de financiamento:

nada a declarar.

Conflitos de interesse:

Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética:

Não se aplica.

Disponibilidade de dados: Os dados e materiais utilizados na pesquisa estão disponíveis em repositório institucional. Trabalho realizado na Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, SP, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho passou por intensas transformações impulsionadas pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva, com a difusão de princípios gerenciais baseados na flexibilização, padronização e meritocracia. Desde a década de 1990, o trabalho docente na educação pública tem sido marcado por maior responsabilização, intensificação da jornada e ampliação do controle externo, como evidenciam estudos de Oliveira (2010), Barbosa et al. (2020), Freitas (2018) e Hypolito (2020).

De acordo com autores como Laval (2019) e Leher (2022), as disparidades e as condições heterogêneas das escolas no país, decorrentes das variadas fontes de financiamento e modelos de administração criam um cenário multifacetado e desigual. No que tange ao setor privado, impactado pelas mudanças no papel do Estado, pelo fenômeno da mercantilização da educação e pela incorporação da lógica gerencial, persistem contradições e múltiplas camadas de complexidade.

A orientação de mercado favoreceu a expansão de instituições de ensino privadas, sobretudo na Educação Básica, evidenciando a reconfiguração do papel da educação e sua articulação com políticas alinhadas a organismos como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que promovem reformas (fiscais e trabalhistas) além da privatização de serviços essenciais.

Neste cenário, houve um aumento na disponibilidade de vagas nas escolas privadas no Brasil, acompanhado de um crescimento nas oportunidades de emprego para professores (Quibao Neto, 2020). O aumento de vagas nas escolas privadas e, conseqüentemente, das oportunidades de emprego para professores contrasta com a escassez de estudos sobre as condições de trabalho nesse segmento contribuindo para um quadro impreciso e mascarando possíveis sinais de precarização enfrentados pelos docentes (Quibao Neto, 2020). Destacam-se, nesse contexto, as análises de Carlindo (2014), Dantas (2018), Quibao Neto (2020) e Terrão (2021).

Considerando a necessidade de ampliar as discussões sobre a temática, este artigo busca problematizar as condições de trabalho docente no setor educacional privado do estado de São Paulo. A escolha desse recorte geográfico se justifica pela expressiva concentração de matrículas privadas de Educação Básica, que corresponde a 72,4% do total, conforme dados do Censo Escolar de 2021, e pela presença do maior número de instituições privadas do país, já que 23% do total nacional estão localizadas nesse estado. Ressalta-se que o conceito de “trabalho docente” constitui o eixo central da análise desenvolvida ao longo do texto, com base nas contribuições de Oliveira (2010) e Migliavacca, Vilariño e Remolga (2019).

Os dados aqui analisados resultam de uma pesquisa empírica de natureza qualitativa que se apoiou no uso de questionários respondidos por docentes e no levantamento documental. O artigo está estruturado em três partes, além das considerações finais. A primeira, examina a expansão das escolas privadas, notadamente após as reformas dos anos 1990, com destaque para São Paulo como epicentro dessa tendência motivado pela demanda mercadológica e infraestrutura empresarial. A segunda, discute a precariedade e a precarização do trabalho docente, com enfoque às condições de trabalho nas escolas privadas de São Paulo, destacando a sobrecarga, desvalorização e baixos salários. Por fim, a terceira apresenta as percepções de professores da Educação Básica privada paulista, evidenciando uma relação de trabalho mercantilizada marcada pela ausência de reconhecimento e falta de apoio para o crescimento profissional.

MÉTODO

Com o objetivo de identificar e problematizar as condições de trabalho docente vivenciadas na educação privada paulista, aplicou-se, entre os meses de novembro e dezembro de 2022, um questionário eletrônico com 35 questões, via Google Forms, respondido por 263 professores anônimos da Educação Básica do estado de São Paulo (Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e Pré-vestibular). O instrumento foi previamente testado e ajustado para a coleta considerada na pesquisa.

Para assegurar uma participação representativa no estudo, adotamos a técnica de amostragem por conveniência e pesquisa de opinião, uma metodologia não probabilística que prioriza a seleção de indivíduos baseada em sua disponibilidade e acessibilidade (Lakatos; Marconi, 2003).

Considerando o contexto pandêmico e a fim de alcançar uma variedade de participantes, empregamos um leque diversificado de canais de divulgação que incluíram redes sociais, grupos de docentes e de pesquisa acadêmica, além do envio direcionado de convites de participação à pesquisa por e-mail a programas de pós-graduação em Educação, bem como, coletivos docentes paulistas.

Entende-se que cada realidade social possui sua própria inteligibilidade e adquire significado por meio das manifestações de seus membros. Dal Rosso (2008) enfatiza a importância de direcionar perguntas aos trabalhadores para entender as nuances de suas atividades laborais, já que podem oferecer informações detalhadas sobre suas condições de trabalho. Assim, os questionários foram usados como um instrumento para capturar a percepção dos docentes sobre as condições de trabalho, levando em conta a diversidade do ambiente escolar privado.

O questionário foi respondido por 263 participantes, que, neste trabalho, serão identificados com a letra D de “docente”, seguida de um número referente a ordem do registro de participação. Do total de respondentes, 168 (63,8%) se identificaram como mulheres e 95 homens, refletindo a feminização histórica do magistério, como apontado por Hypolito (2020) e Enguita (2004). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2021), cerca de 80% dos profissionais na Educação Básica brasileira eram mulheres naquele ano.

Utilizando alguns elementos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), delineamos dois eixos de análise: ‘Condições de Trabalho’ e ‘Coletividade Docente’. O primeiro, focalizou os elementos materiais e imateriais do trabalho docente, englobando aspectos como carga horária, remuneração, valorização profissional e autonomia. O segundo, concentrou-se nas dinâmicas de trabalho coletivo e na atuação dos sindicatos na salvaguarda dos direitos do magistério. A análise da atuação sindical foi considerada especialmente pertinente, dada a relevância da CCT (São Paulo, 2024) que regula as condições laborais nas escolas privadas.

EXPANSÃO DAS ESCOLAS PRIVADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO: REFLEXOS DO NEOLIBERALISMO

A presença das escolas privadas na sociedade brasileira não é uma realidade recente. Ao contrário, sua influência e participação foram contínuas ao longo dos últimos cinco séculos e, malgrado os questionamentos, são parte importante da formação social e educacional do Brasil (Alves, 2009).

Remontando aos primórdios do período colonial, os primeiros sinais da presença da educação privada no país emergiram quando missionários católicos se estabeleceram em escolas e seminários. Sua formalização ocorreu em 1821, por decreto de Dom João VI, autorizando a iniciativa privada a oferecer os primeiros anos de ensino. Desde então, esse setor passou a integrar de forma permanente o sistema educacional, respaldado por marcos legais que garantem sua coexistência com a educação pública e, em certas condições, o acesso a recursos estatais.

As escolas particulares, operando sob a iniciativa privada com fins comerciais, estão sujeitas a um extenso marco regulatório que abrange a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Código Civil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras legislações específicas. Essas instituições de Educação Básica devem seguir as diretrizes curriculares e os padrões de avaliação aplicáveis às escolas públicas, assegurando conformidade com todas as normas relevantes para sua atuação.

Borges (2019) ressalta que a regulamentação das escolas privadas é determinada pela interação de diversas autoridades, entidades e instâncias, incluindo o Ministério da Educação e seus órgãos vinculados, secretarias de educação estaduais e municipais, além da administração escolar através da direção, coordenação e do projeto político-pedagógico. É crucial que estas instituições cumpram rigorosamente as leis trabalhistas e fiscais, além de firmarem contratos claros e minuciosos com os estudantes.

Contudo, no universo heterogêneo das escolas privadas, é imprescindível direcionar a atenção para as instituições com orientação predominantemente comercial, cuja finalidade principal reside na maximização do lucro para seus mantenedores ou acionistas. Estas instituições funcionam como empresas que comercializam serviços educativos mediante remuneração, buscando não somente a formação dos estudantes, mas sobretudo a obtenção de ganhos financeiros para os investidores, conforme apontam Dantas (2018), Borges (2019) e Quibao Neto (2020).

Após a década de 1990, as reformas educacionais implementadas adotaram uma abordagem empresarial, com destaque para a abertura ao investimento externo e à privatização. Segundo Freitas (2018), de maneira sistemática e oficial, a ênfase mercantil e concorrencial se fez presente a partir da flexibilização, da padronização de resultados e da valorização do individualismo meritocrático.

Em 2021, o Censo Escolar registrou a existência de 49.743 escolas privadas no Brasil, representando 29,5% do total de instituições de ensino no país. Ao analisar a evolução desse número ao longo de uma década, de 2011 a 2021, observa-se um aumento de aproximadamente 5.815 escolas privadas. Esse crescimento, que corresponde a cerca de 13,2%, evidencia uma expansão significativa do setor no cenário nacional.

No mesmo período, as matrículas na Educação Básica privada também experimentaram um aumento significativo de 19,99% (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021). Uma análise mais detalhada por região do país indica que, em 2021, o Sudeste foi responsável por cerca de 45% do total de matrículas, equivalendo a aproximadamente 3,9 milhões de estudantes dos 8,1 milhões registrados. Este número, o maior observado na década em questão, destaca a presença do ensino privado na região Sudeste, representando quase metade do total nacional (Federação Nacional das Escolas Particulares, 2022).

Esta tendência sublinha a concentração da educação privada na região Sudeste e, especialmente, no estado de São Paulo que demonstrou um crescimento consistente nas matrículas, com um aumento médio anual de aproximadamente 6,8%. Além disso, também se destacou por concentrar o maior número de instituições de ensino privadas registradas durante o período em análise. Esta observação evidencia a centralidade paulista tanto na expansão quantitativa de alunos quanto na infraestrutura educacional dedicada ao setor privado.

Ao examinar os dados referentes à distribuição das escolas privadas no estado de São Paulo, verifica-se que a Região Metropolitana apresenta expressiva concentração, correspondendo a aproximadamente 55,2% do total do estado, o que, para Dantas (2018), está relacionado à existência de um significativo mercado consumidor e à presença de um vasto setor industrial e empresarial, que impulsionam a demanda por vagas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), a Região Metropolitana paulista abriga cerca de 29% das empresas ativas do Brasil, contribuindo com aproximadamente 32% do PIB nacional, evidenciando seu papel estratégico e sua infraestrutura para negócios.

TRABALHO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE A PRECARIEDADE ESTRUTURAL E A PRECARIZAÇÃO PROCESSUAL

Ao adentrar a temática, enfrentamos o desafio teórico e analítico de compreender criticamente como a precariedade e a precarização da força de trabalho afetam a sociedade, a escola e o trabalho docente.

De acordo com Alves (2007), a precariedade no ambiente laboral, uma condição histórica e ontológica, emerge do tratamento da força de trabalho como mercadoria. A partir do momento em que a força de trabalho assumiu essa natureza mercantil, a precariedade social tornou-se uma característica intrínseca do trabalho humano. Portanto, ao abordarmos a precariedade, estamos nos referindo a uma condição socioestrutural que permeia o trabalho humano e a força de trabalho como um produto comercializável, afetando as condições objetivas e subjetivas da vida em sociedade.

Assim, enquanto a precariedade se refere a uma condição estrutural associada à natureza do trabalho no capitalismo, a precarização descreve um processo através do qual as condições de trabalho se deterioram, resultando em maior insegurança e vulnerabilidade para os trabalhadores.

Para Antunes (2015), as transformações no ambiente laboral, como elevação nas taxas de desemprego, insegurança, crescimento do trabalho terceirizado e temporário, juntamente com um quadro de desqualificação e intensificação da carga horária, reconfiguraram profundamente o tecido social. Esse novo modelo trouxe a necessidade de um perfil diferente de trabalhador (Sennett, 2006), que se adequasse às demandas organizacionais, fomentando, consequentemente, uma reinvenção no sistema educacional.

Segundo Alves (2007), a precarização do trabalho no Brasil apresenta uma natureza complexa, somando elementos da nossa herança colonial com os efeitos da globalização econômica neoliberal.

O autor destaca que, embora a precarização afete diversas profissões, na educação, devido à complexidade intrínseca do trabalho docente, seus impactos são particularmente acentuados.

Oliveira (2010) define o trabalho docente como uma categoria repleta de sentido e que extrapola a regência de classe porque seu objeto é, antes de tudo, a relação humana. Por conseguinte, o que define o trabalhador docente é o seu labor, isto é, a sua experiência nas atividades educativas no lugar de quem educa ou contribui para tal. A autora afirma que a socialização das experiências construídas e elaboradas historicamente por meio do trabalho, se constitui em noção-chave para o entendimento da categoria, uma vez que as análises sobre o trabalho docente buscam captar os sujeitos e suas relações a partir da experiência, isto é, do processo cotidiano de trabalho.

Com efeito, a categoria de trabalho docente abrange inúmeros sujeitos que atuam no processo educativo em suas diversas configurações, seja no espaço escolar ou em outras instituições de educação (Oliveira, 2010). Todavia, este artigo foca nos professores, por sua centralidade no processo pedagógico e por serem os principais responsabilizados pelas políticas públicas e resultados escolares. Segundo a autora, o trabalho docente envolve também planejamento, elaboração de projetos e participação coletiva no currículo e na avaliação

No caso das escolas privadas, os professores são encarregados de responsabilidades suplementares, incluindo participação em atividades extracurriculares, gerenciamento de tarefas administrativas, integração de tecnologias educativas inovadoras, atendimento individualizado a alunos e pais, além da realização de avaliações periódicas dos sistemas de ensino. Tais obrigações aumentam significativamente a carga de trabalho, destacando aspectos particulares da precarização e da diminuição do controle docente sobre seu próprio trabalho. Frequentemente, essas exigências adicionais não são acompanhadas por uma compensação financeira proporcional nem pelo reconhecimento formal de sua contribuição ao funcionamento das instituições educacionais.

Nesse sentido, pode-se estabelecer um elo analítico com a perspectiva defendida por Dal Rosso (2008), que sublinha como a intensificação e a flexibilização do trabalho, fenômenos predominantes no setor empresarial, vêm se expandindo para o universo educacional uma vez que subjugam os educadores a pressões e demandas exacerbadas, comprometendo a execução efetiva de suas atividades.

Enguita (2004) e Hypolito (2020) ressaltam que o trabalhador docente enfrenta um histórico processo de desqualificação, perdendo progressivamente o prestígio profissional e o controle sobre seu trabalho e, apesar de haver certa resistência, tais consequências são frequentemente inevitáveis e afetam a profissão como um todo. Os autores argumentam que a lógica capitalista submete o trabalho docente a um regime de exploração, criando condições adversas para a realização das atividades, especificamente as pedagógicas.

Alguns fatores como instabilidade no trabalho, elevada carga horária, baixa remuneração, infraestrutura escolar inadequada, falta de recursos pedagógicos, apoio institucional mínimo ou inexistente, pequena autonomia pedagógica e frágeis relações interpessoais influenciam diretamente a motivação, satisfação, bem-estar físico e emocional dos professores (Pagani; Fernandes; Barbosa, 2023).

INDÍCIOS DE PRECARIZAÇÃO: O QUE DIZEM OS PROFESSORES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE?

As condições de trabalho dos professores, que incluem elementos materiais (infraestrutura e recursos) e imateriais (relações interpessoais e demandas administrativas), afetam diretamente o ensino e o desenvolvimento profissional, impactando a prática docente. Segundo as perspectivas sustentadas por Dal Rosso (2008) e Migliavacca (2010), essas condições vão além do espaço físico e dos recursos pedagógicos, englobando também aspectos como burocracia, carga horária, suporte e valorização por parte das instituições.

No caso específico dos docentes do setor privado, as condições de trabalho apresentam-se como tema complexo. Quibao Neto (2020) argumenta que a heterogeneidade na oferta e demanda dessas instituições na Educação Básica desempenha um papel preponderante na configuração de um ambiente de trabalho variado, resultando em uma ampla gama de condições laborais distintas.

No estado de São Paulo, as condições de trabalho nas escolas privadas são definidas por meio da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) (São Paulo, 2024), normativa fruto da negociação entre sindicatos patronais e de trabalhadores. O documento define diretrizes como salários, jornada, bonificações, benefícios (como cestas básicas e bolsas de estudo), estabilidade e direitos específicos a gestantes, docentes com doenças graves e próximos à aposentadoria.

Ao analisar a CCT (São Paulo, 2024) foi possível constatar indícios claros de precarização do trabalho docente. Dentre eles, destacam-se: a falta de estabelecimento de um piso salarial, que implica uma remuneração difusa e inconstante; a elevada taxa de contratos de trabalho temporários gerando instabilidade e insegurança; a ausência de uma política clara de valorização profissional, progressão e reconhecimento de carreira; e a oferta de benefícios abaixo dos valores justos (hora-atividade e cesta básica). Tais fatores evidenciam o trabalho precário nas escolas privadas e contrastam com a imagem socialmente reproduzida de que as condições laborais nessas instituições são necessariamente melhores do que nas escolas públicas.

Para 128 dos 263 docentes participantes, a instabilidade no emprego e a ausência de plano de carreira emergiram como os principais fatores que comprometem as condições de trabalho, associados à percepção de desvalorização por parte das instituições e da sociedade em geral. Tais aspectos podem ser observados nos depoimentos de D187: *"É uma relação meramente mercadológica. Me sinto descartável"*; e D27: *"Não há garantia nenhuma, não tenho registro e preciso demandar muita força de trabalho para ter uma renda razoável, além de não saber se terei a mesma quantidade de aulas ou se continuarei na escola no próximo ano"*. Em espaço de livre manifestação, D129 ressaltou: *"Não há apoio ou suporte para minha carreira. Eu não tenho clareza sobre as oportunidades de crescimento profissional"*; D89 assim se manifestou: *"Sinto que estou sendo tratado apenas como um número em uma planilha de custos, não como uma pessoa com valor e importância"*; e D227 afirmou *"Minha posição é instável e incerta. Eu não sei se poderei manter meu trabalho a longo prazo ou se serei dispensado sem aviso prévio"*.

Essa sensação de insegurança e incerteza acaba por impedir planos a longo prazo, já que muitos/as professores/as se veem sujeitos à demissão a cada fim de ano ou semestre letivo, o que pode prejudicar sua qualidade de vida e saúde emocional como também sua atuação em sala de aula. A instabilidade no emprego está ligada à desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, intensificadas pelo avanço do neoliberalismo (Antunes, 2015; Dardot; Laval, 2016).

Com o enfoque na eficiência e na redução de custos, tem ocorrido uma diminuição nos gastos com direitos trabalhistas, levando à contratação de professores em regimes precários, como contratos temporários ou sem vínculo formal, o que se agravou após a Reforma Trabalhista de 2017. Essa abordagem flexível facilita a contratação de professores horistas, MEI, além de favorecer as demissões sem pagamento de obrigações trabalhistas, refletindo as políticas neoliberais que colocam a eficiência econômica acima da estabilidade e direitos dos trabalhadores.

Os relatos revelam uma percepção comum de desvalorização, potencialmente exacerbada pelo ambiente competitivo e mercantilizado das escolas privadas. Nesse ambiente, a urgência em demonstrar resultados e captar clientes pode levar a uma preocupação desproporcional com a imagem de sucesso e em esforços para redução de custos. Em livre manifestação ao final do questionário, D77 afirmou:

Hoje percebo que nas instituições privadas quem dita as regras são os responsáveis que pagam a escola, também que temos que ter muita cautela ao nos dirigirmos ao aluno ou aos pais ou responsáveis. Lamentável.

De fato, esta questão tem sido discutida na literatura acadêmica sobre educação e trabalho docente. Pesquisadores como Silva (2017), Dantas (2018), Quibao Neto (2020) e Terrão (2021) salientam que a estrutura de poder dentro das escolas privadas pode favorecer um cenário onde as prioridades dos pais, responsáveis e mantenedores, em relação às mensalidades, superam as necessidades educacionais dos estudantes e as demandas dos professores e da equipe pedagógica.

Apple (2006) argumenta que as escolas privadas são muitas vezes vistas como empresas que oferecem um produto a ser comprado pelos pais, o que pode levar a uma cultura que prioriza o atendimento e a satisfação do cliente, em detrimento da qualidade do ensino e da autonomia dos professores. Os docentes podem sentir-se pressionados a atender às demandas dos pais,

mesmo em detrimento da qualidade do ensino, sendo também cobrados a manter relações sempre positivas com as famílias, o que gera exigências adicionais de comunicação e interação. De acordo com Ball (2002), a dinâmica de funcionamento das instituições escolares privadas expressa uma cultura da performatividade, onde a educação é vista como um produto comercializável. Esse foco transforma a educação em produto e molda identidades com base em valores mercadológicos. Essa cultura prioriza resultados, como testes e exames, em detrimento de dimensões formativas, estimulando a competição entre instituições e promovendo alunos 'bem-sucedidos' como cases de marketing.

Diante do exposto, nota-se que a performatividade e a mercantilização da educação afetam negativamente o trabalho docente no âmbito privado contribuindo para uma crescente burocratização e gerencialismo. Os professores são cada vez mais pressionados a produzir resultados tangíveis e mensuráveis, o que tem levado a uma homogeneização do ensino e a uma redução da autonomia profissional.

A carga horária de trabalho nas escolas privadas também é complexa de ser apurada, uma vez que, diferentemente das redes públicas, que contam com planos de carreira regulamentados, esse segmento não segue parâmetros rígidos quanto à definição de jornadas mínimas ou máximas no momento da contratação. Essa situação se agrava pelo fato de muitos(as) docentes serem contratados(as) como horistas.

Diante da remuneração reduzida e da limitação no número de aulas atribuídas por contrato, esses(as) profissionais tendem a ampliar o número de instituições em que atuam, fragmentando ainda mais sua rotina laboral. Na pesquisa, 152 professores relataram trabalhar em mais de uma escola e rede de ensino, representando aproximadamente 57,79% dos respondentes. Essa prática de acumular empregos pode comprometer significativamente a qualidade de vida dos profissionais, resultando em exaustão física e mental, elevados níveis de estresse, e desafios na gestão do equilíbrio entre as esferas pessoal e profissional. Este fenômeno é corroborado pela análise de Tardif e Lessard (2013), que discutem as implicações da sobrecarga de trabalho no bem-estar docente.

A docência é uma atividade de grande exigência física e mental, quando um professor trabalha muitas horas por semana, ele não tem tempo para realizar outras atividades importantes, seja para si, como cuidar da saúde e ter momentos de lazer e cultura, ou para o investimento profissional por meio de atualização sobre conteúdos e novas metodologias de ensino. Além disso, uma carga horária excessiva pode prejudicar a qualidade do ensino oferecido aos alunos, pois o professor, nessas condições, não disporá de tempo suficiente para preparar adequadamente aulas, corrigir trabalhos e provas, fazer pesquisas e coordenar projetos. Ao dispender muito tempo da semana com muitas aulas, porque precisa receber um salário minimamente satisfatório, os/as docentes podem ser levados à desmotivação e ao desânimo com a carreira.

A atuação como horistas, comum entre docentes das escolas privadas, compromete a remuneração diante da carga exigida, dada a ausência de definição clara de jornada. A Lei nº 11.738/2008, que estabelece o piso salarial para a Educação Básica pública, não se aplica ao setor privado, cujas condições são definidas por Convenção Coletiva entre sindicatos patronais e de trabalhadores.

A intensificação do trabalho e a falta de autonomia constituem-se como os principais aspectos que caracterizam a precarização da carreira docente (Enguita, 2004; Oliveira, 2010; Hypolito, 2020). Nas escolas privadas, a intensificação do trabalho docente decorre da pressão por resultados e competição entre as instituições e os sistemas de ensino, o que, muitas vezes, leva à sobrecarga dos professores com aumento da carga horária, número de turmas e exigência de constante atualização de conhecimentos e práticas pedagógicas.

Compreender a docência como uma experiência coletiva é fundamental para elevar a qualidade educacional e fomentar um ambiente de trabalho saudável (Tardif; Lessard, 2013). Dessa forma, buscou-se identificar como as condições de trabalho podem ser afetadas pelas relações estabelecidas no ambiente escolar privado.

Para Enguita (2004), a docência é, por natureza, uma prática colaborativa, aspecto reforçado pela natureza única da profissão sustentada pela empatia, troca de experiências e cooperação. No entanto, 68% dos docentes (178 respondentes) apontam a ausência de união e parceria nas escolas privadas, evidenciando uma percepção de fragilidade nas relações coletivas no ambiente escolar.

Esta falta de cooperação pode ampliar a sensação de instabilidade e insatisfação no ambiente de trabalho, como expresso nos excertos: D51 *"Sou professora há 11 anos nas escolas privadas e escuto sempre os mesmos tipos de reclamações [...], posso afirmar que na rede particular muitas vezes o que falta é uma relação de união, parceria e companheirismo"*. D47 *"Acredito que o fato de trabalhar para uma empresa privada é algo que gera ao professor um contentamento parcial, não há o suporte contratual de carreira, não há companheirismo, os professores são rivais tornando a realização profissional mais instável"*.

Ademais, a influência de familiares e alunos nas decisões escolares compromete tanto a autonomia quanto a saúde mental docente, como retratado pelo/a participante a seguir:

Na rede privada um processo de adoecimento que se instalou e ficou muito mais grave do que já era. As escolas privadas querem atrair clientes, a concorrência muitas vezes é desleal. São inventados procedimentos para atrair alunos, mas que nós, professores já sabemos que é só uma maquiagem. As famílias e alunos mandam na escola, interferindo até na demissão de professores (D98).

As percepções dos professores evidenciam as repercussões da lógica de mercado na educação com valorização das avaliações diversas, o enfraquecimento das relações escolares e o fomento de um *ethos* competitivo (Ball, 2012). Esta ênfase em 'espetáculos' institucionais, centrada no desempenho e na competição, afeta negativamente não só as relações profissionais entre os docentes, mas também sua saúde mental e emocional, como manifesta um/a participante:

Observo que as escolas privadas exigem muito do professor, colocam no professor responsabilidade e culpa [...]. Cuidamos muito do emocional dos alunos, mas as escolas esquecem que o professor carrega seus problemas, os da escola e dos estudantes (D217).

Nas escolas privadas, a precarização docente é intensificada pela mercantilização do ensino, que impõe controles rigorosos, individualiza o trabalho e afeta as relações com os alunos. Avaliações frequentes, como pesquisas de satisfação aplicadas a estudantes, reforçam a lógica do desempenho sob a ótica do consumidor, ampliando a pressão por resultados e comprometendo a autonomia pedagógica:

Em minha experiência fico com a sensação de que o ensino poderia ser muito mais eficiente do que é, defendendo que isso não aconteça por algumas razões, entre elas: não possuir estabilidade de cargo; burocracia; falta de autonomia; diferença salarial entre os professores; e o fato dos profissionais parecerem ser subordinados aos responsáveis dos alunos. Esse último acredito ser muito prejudicial a escola e ao processo de ensino aprendizagem (D166).

Essa dinâmica pode ser a raiz das percepções de falta de companheirismo e união entre professores, além da pressão constante no desempenho dos alunos. Como Ball (2012) destaca, a cultura da performatividade prioriza o desempenho sobre as relações interpessoais, levando a uma sobrecarga de trabalho docente e à desvalorização do processo educacional. Este cenário contribui para a sensação de desvalorização profissional, falta de autonomia e insegurança entre os professores no ambiente escolar privado.

No que tange às organizações coletivas na educação, mais especificamente os sindicatos, e às associações docentes, constatou-se que dos 263 participantes, 179 não são filiados a sindicatos trabalhistas e 84 são. Destes, 44 são filiados ao Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO); 13, que também atuam em escolas públicas, à Associação dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP) e 27 não responderam ou omitiram a informação.

A visão dos docentes sobre o papel dos sindicatos varia: enquanto alguns expressam descrença e veem as entidades como focadas em autopromoção pessoal e política, outros sugerem uma maior aproximação com a base docente, citando as condições adversas em sala de aula, como é notável na colocação de D54: *"Os membros dos sindicatos deveriam continuar atuando em sala, como sua base, ao tornarem-se burocratas esquecem as condições materiais que a base enfrenta"*.

Os professores também revelaram uma percepção de representação parcial por seus colegas de trabalho salientando uma desconfiança e insatisfação com os sindicatos, atribuída à percepção de que não são mais representativos e até mesmo receio em expressarem suas opiniões abertamente: *"Percebo que o sindicato está com uma atuação pouco efetiva, muitos de nós já não confiam mais em sua capacidade de resolver questões ou lutar por nossos direitos."*

É comum ouvir críticas e deboches dos próprios professores sobre a atuação do sindicato, tanto nos corredores como nas salas dos professores" (D135); "Eu sinto que não há muito espírito coletivo ou união na categoria. Temos muitos professores, o grupo é grande, mas quando ocorre um dia de paralisação, é decepcionante ver que apenas uma minoria comparece" (D243). "Eu ainda luto, eu ainda acredito e quero sempre acreditar! Para que faça sentido em minha vida tudo o que faço" (D70).

Nota-se, assim, que a presença dos sindicatos é vista com ceticismo por muitos professores, que questionam a eficácia dessas organizações na luta por melhores condições de trabalho. A percepção de uma representação parcial e a desconfiança em relação à capacidade dos sindicatos de resolver questões essenciais refletem um distanciamento entre as entidades sindicais e a base docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições de trabalho docente nas escolas privadas é tema pouco explorado nas pesquisas educacionais, fato facilmente identificado na revisão de literatura, seja pela dificuldade de coletar dados num setor marcado pela insegurança dos seus profissionais ou pela heterogeneidade contratual e convencional encontrada nos estados brasileiros.

Neste setor, o trabalho é associado à insegurança, resultando em maior submissão dos docentes a condições laborais pouco favoráveis e com ausência de ações voltadas à melhoria de suas condições de trabalho, uma vez que fica à margem das regulações voltadas especificamente ao trabalho docente no setor público.

Constatou-se que o trabalho docente é pouco valorizado em um ambiente em que a atuação é pautada por aspectos performáticos e mercadológicos. Do ponto de vista do trabalho coletivo, a falta de união e parceria entre os membros do universo escolar, somada à competitividade prejudicial, enfraquecem as relações internas da escola, criando um contexto competitivo que diminui o valor e a importância do trabalho em conjunto.

Quando o desempenho individual é enfatizado em detrimento do trabalho em equipe, pode haver uma tendência a se concentrar mais em conquistar clientes (alunos e suas famílias) do que em melhorar as condições de trabalho e o processo educacional em si. Além disso, a falta de união e parceria entre os membros da escola pode criar um ambiente de trabalho desmotivador, isolado e solitário, prejudicando a saúde mental e emocional dos docentes.

A cultura da performatividade, que valoriza o desempenho em detrimento das relações interpessoais, impõe aos professores uma sobrecarga de trabalho, levando à perda de sentido no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a desvalorização profissional e limitação da autonomia.

Importante registrar também a baixa participação dos professores em movimentos sociais, especialmente os sindicatos, uma vez que, no caso do estado de São Paulo, o principal documento que regula as relações de trabalho na educação privada (a CCT) é firmado entre os sindicatos e as entidades patronais. Dentre as causas dessa realidade, estão a falta de engajamento político e conscientização dos professores sobre seus direitos trabalhistas e sociais, a desconfiança ou insatisfação com as lideranças sindicais, a insegurança com relação aos empregadores, além da sobrecarga de trabalho. Essa situação pode ter diversas consequências, como a dificuldade na negociação de direitos e benefícios, o aumento do número de violações trabalhistas e redução da qualidade de vida dos professores, a desvalorização da profissão e menor capacidade de mobilização social. Tudo isso contribui para a precarização das condições de trabalho e, por consequência, da educação oferecida aos alunos.

Tendo em vista a crescente presença da Educação Básica privada no Brasil e a escassez de estudos sobre o tema, é fundamental lançar-se em investigações que possam permitir a identificação das áreas pouco exploradas nesse campo de estudo, possibilitando a criação de alternativas que garantam melhores condições de trabalho aos docentes. Com base nesses resultados, é imprescindível discutir e enfrentar a precarização do trabalho docente na Educação Básica privada, buscando soluções que possam valorizar e garantir direitos aos profissionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Praxis, 2007.
- ALVES, V. A. **A atividade de trabalho docente em uma escola privada**: usos de si e circulações de valores, saberes e competências. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2015.
- APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BALL, S. J. Reformar escolas, reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.
- BALL, S. J. **Performatividade, controle e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BARBOSA, A. *et al.* Relações e condições de trabalho dos professores paulistas (1995-2018). **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 790-812, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053147105>.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BORGES, B. **O trabalho docente no ensino médio privado**: experiências de professoras e professores na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- CARLINDO, E. P. **Professores que atuam concomitantemente no setor público e privado de ensino no Estado de São Paulo**: angariação de capital cultural. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014.
- DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DANTAS, A. S. R. **As escolas privadas da periferia de São Paulo**: uma análise desde a colonialidade do poder à brasileira. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGUITA, M. F. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES – FENEP. **Números da educação privada brasileira**. Brasília, 2022. 28 p. Disponível em: https://www.fenep.org.br/wp-content/uploads/2022/08/N_meros_da_Educa_o_Privada_Brasileira-7.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- HYPOLITO, A. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD contínua**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=resultados>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2020**: nota técnica. Brasília, 2021. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_tecnicas/2021/nota_tecnica_censo_escolar_da_educacao_basica_2020.pdf. Acesso em: 8 abr. 2023.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e sentido histórico da pandemia Covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, n. esp., p. 78-102, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26nEp78-102>.
- MIGLIAVACCA, A. Condições de trabalho do professor. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (ed.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, 2010. CD-ROM.
- MIGLIAVACCA, A.; VILARIÑO, G.; REMOLGAO, M. Precarización de la educación pública y resistencia colectiva en la Argentina gobernada por Cambiemos: los desafíos de un nuevo ciclo neoconservador. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 3, p. 61-92, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v12n3p61-92>.
- OLIVEIRA, D. A. Política educacional. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (ed.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, 2010. CD-ROM.
- PAGANI, G.; FERNANDES, M. J. S.; BARBOSA, A. Quando os professores desistem: um estudo sobre exoneração na rede pública estadual de ensino de São Paulo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 34, p. 1-25, 2023.
- QUIBAO NETO, J. **Remuneração dos professores da rede privada de educação básica na cidade de São Paulo**. 2020. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SÃO PAULO. Sindicato dos Professores de São Paulo – SinproSP. **Convenção Coletiva dos Professores da Educação Básica 2022/2024-2025**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.sinprosp.org.br/convencoes-e-acordo/2/125>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, G. D. **As condições de trabalho docente na rede privada de Ribeirão Preto – SP**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2013.

TERRÃO, F. L. **Perfil socioeconômico de docentes e direcionamento para a rede de ensino pública ou privada na cidade de São Paulo**. 2021. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

Contribuições dos autores

FDVS: Conceitualização, Análise de dados, Escrita e Revisão. MJSF: Conceitualização, Orientação, Escrita e Revisão.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editora Adjunta Executiva: Profa. Dra. Flavia Maria Uehara